JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO SEI: 103577/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2026.

OBJETO: Participação de servidor do TCE/PI no "Congresso Internacional de Cooperação Jurídica e Combate ao Crime Transnacional".

1 – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação visando à participação do auditor de controle externo Lucas Eulálio Carvalho, no "Congresso Internacional de Cooperação Jurídica e Combate ao Crime Transnacional", que será promovido pela ASSOCIACAO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTERIO PUBLICO - CONAMP, nos dias 8 e 9 de setembro de 2026, em Lisboa – Portugal.

Os autos estão instruídos, no que interessa à presente análise, com os seguintes documentos: Solicitação de Participação em Evento e Requerimento de Diárias (0388693), Anexo - Informação sobre o nome, data e inscrições abertas (0388443), Autorização prévia da autoridade competente (0389414), Portaria autorizativa de participação e emissão de diárias (0389526), Manifestação - EGC (0389681), Nota de Reserva Orçamentária (0389844), Certidões de regularidade fiscal e trabalhista (0389993), Anexo - Informações sobre o evento (0392738), e Informação - DFINFRA 2 (0393101) .

É o quanto basta relatar.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A participação no referido congresso alinha-se diretamente às atribuições institucionais do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), em especial no tocante à fiscalização da aplicação de recursos públicos, contratações administrativas e obras de infraestrutura.

Conforme justificativa do setor demandante (SEI 0393101), o evento abordará tópicos centrais

como cooperação institucional, criminalidade econômica e financeira, crimes ambientais e mecanismos de prevenção a ilícitos complexos. A capacitação permitirá o aprimoramento técnico-profissional do servidor na identificação de riscos e combate a fraudes transnacionais com impacto na gestão pública, revertendo em ganhos de eficiência, inovação e fortalecimento das ações de controle externo desempenhadas por este Tribunal, conforme assentado *ips literis* pela Unidade:

"*A participação no Congresso Internacional de Cooperação Jurídica e Combate ao Crime Transnacional mostra-se pertinente às atribuições desempenhadas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, especialmente em razão da atuação na fiscalização da aplicação de recursos públicos, das contratações administrativas e de obras e serviços de infraestrutura. Os temas abordados no evento, relacionados à cooperação institucional, à criminalidade econômica e financeira, aos crimes ambientais e aos mecanismos de prevenção e enfrentamento de ilícitos complexos, possuem interface com as atividades de controle externo, sobretudo no que se refere à identificação de riscos, irregularidades e práticas capazes de causar prejuízo ao patrimônio público. A participação no congresso contribuirá para o aperfeiçoamento técnico-profissional, o intercâmbio de boas práticas e o conhecimento de experiências adotadas por instituições brasileiras e portuguesas, com potencial aplicação nas atividades de fiscalização, análise de riscos e controle desenvolvidas pelo Tribunal e por este setor técnico*".

3- DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre anotar que a presente análise envolve aspectos estritamente técnicos, sem adentrar no mérito (conveniência e oportunidade) da contratação.

A dispensa e a inexigibilidade de licitação constituem exceção no ordenamento jurídico brasileiro, que retiram seu fundamento do mesmo dispositivo constitucional que determina o procedimento prévio à contratação, qual seja, o art. 37, XXI, que estabelece a obrigatoriedade de contratação mediante processo de licitação, ressalvados os casos especificados na legislação.

Nessa seara, o art. 37, XXI, CF que norteia a forma como a Administração Pública contratará com o setor privado, dispõe que em algumas situações haverá **ressalva e tratamento diferenciado,** a seguir mostrado:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade:*
>
> *[...]*
>
> *XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo **de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

No caso em tela, a contratação pretendida enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso III, f, § 3º, da Lei nº 14.133/21, desde que atendidos os comandos da norma, a seguir transcritos:

> *Art. 74. É **inexigível** a licitação quando inviável de competição, em especial nos casos de:*
>
> *[...]*

> *III – **contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização,** vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;*
>
> *[...]*
>
> *f) **treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;***
>
> *[...]*
>
> *§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.*

A Lei nº 14.133/2021 estabeleceu três requisitos para essa inexigibilidade: o serviço deve ser técnico especializado de natureza predominantemente intelectual; o contratado deve ser profissional ou empresa de notória especialização; e deve ser demonstrado que a contratação de profissional ou empresa com notória especialização é imprescindível à plena satisfação do objeto contratado.

Vale anotar que notória especialização é a qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato (Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XIX).

Assim, diferentemente da Lei 8.666/1993, a Lei 14.133/2021 suprimiu a singularidade do objeto como requisito para a inexigibilidade de licitação. Em vez disso, passou a ser necessário demonstrar que o trabalho do profissional renomado é essencial para alcançar completamente o objetivo do contrato.

O que determina a necessidade de notória especialização para executar o serviço são as características diferenciadas desse serviço. Assim, se o objeto for usual, rotineiro ou não exigir a atuação de um profissional ou empresa de notória especialização, não se justifica a contratação direta por inexigibilidade, pois isso poderia violar os princípios da economicidade, da impessoalidade e da isonomia.

Para que essa hipótese de inexigibilidade seja aplicável, deve-se avaliar não somente as características do prestador, mas também as do serviço demandado, a fim de demonstrar que a contratação do profissional ou da empresa de notória especialização é imprescindível à plena satisfação do objeto do contrato, como previsto no art. 6º, inciso XIX, e no art. 74, § 3º, da Lei 14.133/2021.

Feitas essas considerações, cumpre a esta Divisão de Licitações e Contratos - DLC verificar o adimplemento dos requisitos citados.

3.1 DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO (ART. 74, III, F, § 3º)

O art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021 enquadra os serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual. Quanto ao requisito da notória especialização, o evento é promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), entidade com reconhecida trajetória, tradição e expertise na organização de debates jurídicos e de controle, conforme informações de domínio público disponíveis em seu sítio eletrônico oficial (Histórico CONAMP, consulta em 06/08/2026).

4 – DA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (art.72)

Nos termos do art. 72, caput, da Lei nº 14.133/2021, os processos de contratação direta devem ser instruídos com os seguintes documentos:

> *"Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*
>
> *I – documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*
>
> *II – estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta lei;*
>
> *III – parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;*
>
> *IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;*
>
> *V – comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;*
>
> *VI - razão da escolha do contratado;*
>
> *VII - justificativa de preço;*
>
> *VIII – autorização da autoridade competente;*
>
> *Parágrafo Único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do publico em sitio eletrônico oficial."*

Sendo assim, cabe a esta Divisão de Licitações e Contratos verificar o cumprimento dos requisitos legais para efetivação da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, e analisar a observância dos requisitos exigidos pelo art.72 da Lei nº 14.133/21, o que faz a seguir.

4.1 DO DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (inciso I, art. 72)

À peça (0388693) consta Solicitação de Participação em Evento e Requerimento de Diárias, com o objetivo de formalizar a demanda.

4.2 DA ESTIMATIVA DE DESPESA (inciso II, art.72)

No documento de peça (0388443) constam informações básica sobre o curso: data, local e informação de que as inscrições se encontram abertas. Em diligência realizada por meio de pesquisa ao sítio eletrônico https://www.conamp.org.br/eventos/eventos/congresso-internacional-de-cooperacao-juridica-e-combate-ao-crime-transnacional.html 10/08/2026 às 08h00, observa-se que o valor proposto das inscrições é único para todos os associados CONAMP - 200 € (duzentos euros). Na forma estabelecida no art. 23 § 4º

da Lei nº 14.133/2021, verifica-se a conformidade do preço com os praticados para o mesmo evento, configurando-se como o valor estimado da despesa para fins de atendimento ao art.23, § 4º da Lei nº 14.133/2021.

Em análise dos autos, verificou-se que o Documento de Formalização de Demanda (0388693) no quadro referente ao valor da inscrição informa que o valor individual da inscrição é de 200 € (duzentos euros), cujo valor foi autorizado pela autoridade superior (0389414) e confirmado pela Unidade Demandante (0393101).

4.3 DO PARECER JURÍDICO E TÉCNICO (inciso III, art.72)

Em cumprimento ao disposto no art. 72, III, c/c o art. 53, § 4º, após a presente análise, se for o caso, os autos deverão ser remetidos à Assessoria Jurídica do TCE/PI, para emissão de parecer jurídico para controle prévio de legalidade da contratação direta.

No tocante ao Controle Interno, de acordo com o art.20, § 1º da Resolução TCE/PI Nº27/2024, "mantida a prerrogativa de a unidade de Controle Interno requisitar para exame qualquer processo de contratação, não serão encaminhadas para análise as contratações decorrentes de licitações, dispensas ou inexigibilidades de até 2.000 (dois) mil unidades fiscais de referência do Estado do Piauí- UFR/PI."

4.4 DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS (inciso IV, art.72)

À peça (0389844), há nota de reserva orçamentária, com demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, em cumprimento do inciso IV, em relação ao valor autorizado pela autoridade superior (0389414).

4.5 DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (inciso V, art.72)

À peça (0389993), consta comprovação de que a empresa a ser selecionada preenche os requisitos de habilitação - inciso V do art.72.

4.6 DA RAZÃO DE ESCOLHA DA CONTRATADA E DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO (inciso VI e VII, art.72)

Quanto ao requisito constante do inciso VI, qual seja, a razão da escolha do fornecedor remete-se à própria essência da inexigibilidade de licitação – a inviabilidade de competição, em especial no caso de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com empresas de notória especialização, conforme informações disponíveis no sítio eletrônico https://www.conamp.org.br/eventos/eventos/congresso-internacional-de-cooperacao-juridica-e-combate-ao-crime-transnacional.html, 10/08/2026, às 08h00.

Para cumprimento do requisito do inciso VII, isto é, a justificativa de preços, trata de preços que estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos da mesma natureza,

comprovado que o valor proposto é único para todos os interessados associados CONAMP - 200 € (duzentos euros) conforme comprovados nos links consultados, além de que foi confirmado pela Unidade Demandante que o valor da inscrição também se aplica à categoria "não associado"(0393101).

4.7 DA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE (inciso VIII, art.72)

À peça (0389414) consta a autorização prévia pela autoridade competente. Contudo, para que a contratação tenha eficácia, ela deve ser autorizada em definitivo pela autoridade competente do órgão após analisadas as condições fáticas e os fundamentos legais que levam à Administração a optar por este tipo de contratação, assim como as condições de habilitação e contratuais previstas, com vista ao atendimento do inciso VIII do art. 72.

4.8 DA PUBLICIDADE E DA FORMA DE CONTRATAÇÃO (§ Único. Art.72)

De acordo com o parágrafo único do art.72, se faz necessário o cumprimento do referido dispositivo quanto à necessidade de divulgação do ato que aprovar/homologar/autorizar a contratação direta ou o extrato decorrente do ato no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, conforme disposto no art.94, da Lei 14.133/2021, por ser indispensável para a eficácia de qualquer contratação, bem como manter o referido ato à disposição do público em sitio eletrônico oficial.

O instrumento de contrato será substituído pela correspondente nota de empenho, com base no caput do art. 95 da Lei nº. 14/133/21.

5 - DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, entende-se possível a contratação direta por inexigibilidade de licitação, vez que atendidos os requisitos aplicáveis ao caso.

É a justificativa, ao crivo da autoridade superior.

Teresina, Piauí, 10 de agosto de 2026.

(Assinado digitalmente)
Kelly Michinne da Silva Nunes
Seção de Licitações
Matrícula: 98524

(assinado digitalmente)
Rosemary Capuchu da Costa
Chefe da Divisão de Licitações e Contratos
Matrícula: 02062

Documento assinado eletronicamente por **KELLY MICHINNE DA SILVA NUNES**, **Assistente de Operação**, em 10/08/2026, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **ROSEMARY CAPUCHU DA COSTA**, **Chefe de Divisão**, em 10/08/2026, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.tce.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0393114** e o código CRC **5B361C32**.

Referência: Processo nº 103577/2026 SEI nº 0393114

Av. Pedro Freitas 2100 | Centro Administrativo | Teresina-PI | CEP: 64018-900
☎ 3215-3800 | CNPJ: 05.818.935/0001-01
✉ tce@tce.pi.gov.br